

## A TRANSFORMAÇÃO DO DIREITO FRENTE À ERA DAS NOVAS TECNOLOGIAS

### Autor(res)

Carine Silva Diniz  
Gabriella Vaz Batista Franco  
Luciana Calado Pena  
Stace Liz Carneiro  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

### Introdução

As novas tecnologias transformaram a sociedade contemporânea, impactando desde as relações sociais até a forma como o Direito se aplica e se renova. Fenômenos como inteligência artificial, blockchain e big data trouxeram novos desafios jurídicos que exigem respostas rápidas e eficazes. O Direito, tradicionalmente baseado em normas estáveis, agora precisa lidar com realidades mutáveis e imprevisíveis. Questões como proteção de dados, crimes cibernéticos e responsabilidade por atos de inteligência artificial evidenciam a necessidade de adaptação constante do ordenamento jurídico. Nesse cenário, é essencial refletir sobre como o Direito pode manter sua função de garantir segurança jurídica e proteger os direitos fundamentais sem impedir o avanço tecnológico e a inovação, promovendo um equilíbrio entre liberdade e responsabilidade no ambiente digital.

### Objetivo

Analisar como o Direito vem se adaptando às transformações tecnológicas, enfrentando novos dilemas e propondo soluções normativas para assegurar a proteção dos direitos fundamentais na era digital.

### Material e Métodos

O trabalho adota o método dedutivo, partindo da análise da relação entre tecnologia e Direito para compreender os desafios atuais. Utiliza pesquisa bibliográfica em livros, artigos acadêmicos e legislações recentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Também se observa a jurisprudência dos tribunais superiores, que têm enfrentado questões envolvendo inteligência artificial, crimes cibernéticos e proteção da privacidade online, refletindo a evolução do entendimento jurídico frente às novas realidades sociais.

### Resultados e Discussão

Verificou-se que o Direito tem buscado acompanhar a evolução tecnológica, mas ainda enfrenta dificuldades em adaptar normas rígidas a realidades dinâmicas. A edição de leis específicas, como a LGPD e o Marco Civil da

Internet, representa um avanço, mas a constante inovação demanda flexibilidade legislativa e interpretação judicial atenta aos princípios constitucionais. Temas como responsabilidade civil em plataformas digitais, regulação da inteligência artificial e proteção de dados pessoais permanecem em aberto, exigindo atualização contínua da doutrina e da prática jurídica.

### **Conclusão**

O Direito precisa se manter dinâmico para atender às demandas surgidas com as novas tecnologias, garantindo a proteção dos direitos fundamentais sem impedir o desenvolvimento tecnológico. A interação constante entre inovação e legislação será essencial para construir um ambiente digital seguro e justo.

### **Referências**

- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2016.
- STJ. Jurisprudência sobre responsabilidade de plataformas digitais. Disponível em: [www.stj.jus.br](http://www.stj.jus.br).